

# "A expansão do crédito tem um extraordinário poder destrutivo"

por Pedro Cafardo  
de São Paulo

Cortar a expansão do crédito e eliminar a correção monetária é a fórmula que poderia acabar abruptamente com a inflação brasileira, segundo proposta do ex-ministro da Fazenda, professor Octávio Gouvêa de Bulhões. Ele voltou a defender ontem sua tese, na qual insiste há quase duas décadas, sobre as causas da inflação brasileira em palestra que fez em São Paulo, na Federação Brasileira das Associações de Bancos.

"Peço aos jovens que acompanhem a loucura do velho", recomendou o ex-ministro ao encerrar a sua palestra, depois de ser contestado, em alguns pontos, pelos economistas Adroaldo Moura da Silva e Paulo Rabello de Castro.

A expansão do crédito, na expressão de Bulhões, tem um "extraordinário poder destrutivo da economia", porque se faz com a expansão da base monetária e, mais recentemente, com enormes transferências de recursos do Tesouro para empréstimos favorecidos. Em 1984, por exemplo, estão previstas transferências de Cr\$ 4,95 trilhões com essa finalidade. Essas transferências representam sacrifício para os investimentos, o que causa recessão econômica.

Assim, segundo a tese de Bulhões, a expansão do crédito estaria provocando não apenas inflação mas também recessão. Os empréstimos seriam aplicados mais no apoio à elevação dos preços do que no aumento da quantidade e da qualidade dos produtos. O ex-ministro chega a esta constatação simplesmente ao verificar que os acréscimos reais no volume de crédito, a partir de 1978, são sistematicamente superiores ao aumento do produto real na economia.



Octávio Gouvêa de Bulhões

O corte da expansão do crédito, na opinião de Bulhões, não teria nenhum reflexo altista nas taxas de juros. Cessada a expansão dos empréstimos, imediatamente, com a reversão das expectativas inflacionárias, as taxas de juros cairão, afirmou o ex-ministro. Além disso, a queda da inflação provocaria uma redução dos custos das empresas que, por essa razão, teriam menor necessidade de créditos.

Aparentemente, observou Bulhões, o montante do aumento da base monetária parece não corresponder à intensidade dos empréstimos, ou seja, representa apenas 20% dos acréscimos desses créditos. Essa constatação poderia dar a impressão de que a expansão creditícia não é a responsável pela elevação dos preços. Bulhões contesta essa conclusão, porém, com a explicação de que a base monetária é complementada não sómente pelos depósitos à vista mas também pelos depósitos a prazo, uma vez que o prazo de permanência desses depósitos passou a ser curto. A pressão para tornar líquidos os depósitos a prazo, na verdade, segundo Bulhões, os estaria transformando em depósitos à vista remunerados.